

A OBRIGATORIEDADE DO PROGRAMA PIBID E SUA RELAÇÃO COM OS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

André Henrique Boazejewski Pereira ¹
Vinicius Bonin Alves ²
Desiré Luciane Dominschek ³

RESUMO

Este trabalho analisa a hipótese da obrigatoriedade do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) nos cursos de licenciatura, propondo sua articulação com os estágios supervisionados obrigatórios, sem substituições entre os dois componentes. Fundamentado em pesquisa qualitativa, bibliográfica e exploratória (SEVERINO, 2016), bem como nas experiências dos autores com o Programa, o estudo preliminar ampara-se em pesquisadores como Gatti et al. (2014), Dominschek e Alves (2017), Pimenta (2019) e Carvalho (2013), entre outros, com foco na formação docente crítica, reflexiva e investigativa. Defende-se que os estágios supervisionados, por sua estrutura obrigatória, abrangem dimensões diversas da prática pedagógica — ensino, gestão e contextos não escolares — e promovem uma práxis articulada à realidade escolar concreta. Já o PIBID, que possui amparo qualitativo e criticidade própria, como política de iniciação à docência, oferece experiências orientadas e colaborativas com foco na prática em sala de aula, contribuindo de forma diferente para a aproximação antecipada dos licenciandos à profissão de forma reflexiva. A análise demonstra que, embora a obrigatoriedade do PIBID possa representar um avanço na democratização da formação, sua implementação deve respeitar os tempos formativos e evitar sobreposições que fragilizem a função crítica dos estágios. Duas possibilidades práticas são discutidas em: a realização do PIBID no contraturno ou sua integração planejada à grade curricular. Conclui-se que, para assegurar uma formação plena e comprometida com a transformação da realidade educacional brasileira, é preciso garantir a coexistência qualificada entre os dois componentes, preservando suas especificidades e articulando suas contribuições para a construção de uma identidade docente crítica, autônoma e socialmente comprometida.

Palavras-chave: PIBID, Estágio Supervisionado, Formação Docente, Licenciatura, Políticas Públicas.

¹ Graduando em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Graduado em Pedagogia, Letras e pós-graduado em Educação Especial pela UNINTER. Egresso do PIBID/RP UNINTER, boazejewskia@gmail.com;

² Graduando em Pedagogia e Pibidiano pela Universidade Federal do Paraná -UFPR, viniboninalve@gmail.com;

³ Professora Orientadora: Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Coordenadora do Grupo de Pesquisa GHESP e do PIBID/RP UNINTER, desire.d@uninter.com.



INTRODUÇÃO

A formação docente no Brasil é regulamentada por dispositivos legais que asseguram, entre outras exigências, a realização dos estágios supervisionados obrigatórios como parte indissociável da licenciatura. Paralelamente, programas como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), criado em 2007 e reformulado por sucessivas portarias do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), têm se consolidado como experiências exitosas de aproximação entre universidade e escola pública, articulando a prática docente desde os primeiros períodos do curso com uma proposta pedagógica fundamentada, coletiva e reflexiva.

Embora atualmente facultativo, o PIBID tem sido reconhecido por seu potencial de formação prática e crítica dos licenciandos, o que tem gerado, no campo da pesquisa e da formulação de políticas públicas, o debate sobre sua possível obrigatoriedade.

Este trabalho preliminar parte, portanto, de um cenário hipotético em que o PIBID se torne componente obrigatório da formação inicial em todas as licenciaturas, ao lado dos Estágios Supervisionados já exigido pela legislação educacional brasileira. Essa proposta levanta uma questão crucial: é possível conciliar, de forma articulada e sem prejuízos à formação, o PIBID e os estágios supervisionados obrigatórios como experiências complementares na licenciatura?

Dessa forma, essa pesquisa tem por objetivo analisar a possibilidade de articulação entre o PIBID e os Estágios Supervisionados obrigatórios, assumindo como hipótese central que ambos podem coexistir sem que um substitua o outro. Defende-se, com base em uma leitura crítica da legislação e da prática formativa, que a manutenção simultânea dos dois componentes — mesmo sob a condição da obrigatoriedade do PIBID — possa ser possível, desde que se reconheçam suas finalidades específicas e se estabeleçam estratégias institucionais que evitem sobrecarga, garantam a qualidade formativa e promovam o desenvolvimento integral do futuro professor.

Portanto para responder ao objetivo proposto, este estudo adota uma abordagem qualitativa, orientada por uma pesquisa bibliográfica e exploratória (SEVERINO, 2016), tendo por base autores que defendem o PIBID como política formativa relevante, como Gatti *et al.* (2014), Dominschek e Alves (2017), bem como estudiosos que valorizam os Estágios Supervisionados em sua função investigativa e crítica, como Pimenta (2019), Carvalho (2013).





AS FUNÇÕES DISTINTAS DO PROGRAMA PIBID E DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS NA FORMAÇÃO DOCENTE

Os Estágios Supervisionados e o PIBID ocupam lugares diferentes na formação inicial do professor, ainda que ambos dialoguem com a prática pedagógica. Os estágios são parte obrigatória da matriz curricular e configuram-se como um espaço de síntese entre teoria e prática, com função investigativa e reflexiva (PIMENTA, 2019).

Nas palavras de Selma Garrido Pimenta, idealmente, o estágio deve se constituir

[...] como atividade teórica de conhecimento da práxis de ensinar, realizada pelos docentes nas escolas públicas; **como um campo de conhecimento que envolve estudos, análise, problematização, reflexão e proposição de soluções para o ensinar e o aprender, que compreende a importância da reflexão sobre as práticas pedagógicas, sobre o trabalho docente e sobre as práticas institucionais, em contextos sociais, históricos e culturais que as determinam.** Nesse sentido, o estágio caracteriza-se como mediação entre os professores formadores, os estudantes em curso e os professores das escolas. Em sua realização, esses sujeitos se colocam como atentos aos nexos e relações que se estabelecem e a partir das quais poderão realizar as articulações pedagógicas e perceber as possibilidades de se realizar pesquisas entre eles, tendo os problemas da escola como fenômenos a serem analisados, compreendidos e mesmo superados (PIMENTA, 2019, p. 25, grifo nosso).

Já o PIBID é um programa formativo que visa aproximar o licenciando da realidade escolar por meio da iniciação à docência. Como apontam Dominschek e Alves (2017), um dos diferenciais do Programa reside justamente na sua imersão formativa e qualitativa, que permite aos licenciandos um contato aprofundado com a realidade escolar, favorecendo a articulação entre teoria e prática (a práxis educacional).

O PIBID tem como concepção pedagógica uma formação pautada na colaboração de uma construção de uma **nova cultura educacional, com embasamento teórico e metodológico, articulando formação docente pautada com a teoria e prática, universidade e escola, docentes e discentes, propiciando a interação entre os saberes prévios da docência, os conhecimentos teórico-práticos e saberes da pesquisa acadêmica.** O PIBID busca elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica, contribuindo e articulando a teoria e prática que são necessárias na formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura (DOMINSCHEK; ALVES, 2017, p. 634, grifo nosso).

A tentativa de substituir os estágios pelo PIBID ignora suas funções distintas, podendo comprometer a complexidade da formação docente. Como destacam Pimenta e Lima (2019),

o PIBID contribui na dimensão didático-pedagógica, mas não deve ocupar o lugar do estágio, que possui diretrizes, núcleos e finalidades próprias.

AS DIFERENTES DIMENSÕES FORMATIVAS DOS ESTÁGIOS E A CENTRALIDADE DO ENSINO NO PIBID

Um ponto crucial para distinguir os Estágios Supervisionados do PIBID está na amplitude das experiências formativas que cada componente proporciona. Os Estágios Supervisionados têm maiores possibilidades de se vincularem ao eixo da Extensão universitária, por meio da imersão do licenciando em contextos reais e diversos do campo educacional, enquanto o PIBID se insere prioritariamente no eixo do Ensino, com interseções pontuais na Pesquisa, ao articular teoria e prática de forma orientada à docência em sala de aula.

Nesse sentido, os Estágios Supervisionados apresentam uma complexidade interna expressa em três grandes núcleos de atuação: (1) *o núcleo do Ensino*, que envolve a prática docente direta em turmas da Educação Infantil, do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e no próprio Magistério; (2) *o núcleo da Gestão e Supervisão Escolar*, mais evidenciado nas licenciaturas em Pedagogia, onde os estudantes acompanham o trabalho pedagógico em setores como secretaria, coordenação e direção; e (3) *os Diferentes Contextos Educacionais*, em que os estágios se estendem a instituições como hospitais, empresas e unidades do sistema prisional, reconhecendo a abrangência do trabalho pedagógico para além da escola.

Já o PIBID, mesmo com sua inegável contribuição à iniciação à docência, se concentra prioritariamente no primeiro núcleo: o da sala de aula. O foco do Programa está em inserir o licenciando nas atividades didático-pedagógicas escolares, promovendo o desenvolvimento de competências relacionadas ao planejamento, execução e avaliação do ensino (GATTI *et al.*, 2014; RODRIGUES; SILVA; MISKULIN, 2014). Essa delimitação, embora formativa, ocorre em níveis e modalidades institucionais e sociais complexas diferentes, quando comparado com os Estágios Supervisionados.

Dessa forma, equiparar ou substituir os estágios pelo PIBID - mesmo que somente a substituição do eixo do ensino - comprometeria significativamente a formação docente, pois reduziria a experiência do licenciando à dimensão da docência formal, negligenciando os demais espaços e funções educativas que compõem a realidade escolar e extraescolar. O equilíbrio entre os dois componentes reside, portanto, no reconhecimento de suas *especificidades e complementaridades*.



O LUGAR DA PESQUISA NO PIBID E NOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS

IX Seminário Nacional do PIBID

A presença da pesquisa nos componentes formativos da licenciatura é incontornável. Contudo, a forma como ela se concretiza nos Estágios Supervisionados e no PIBID apresentam focos, métodos e intencionalidades distintas, o que reforça a especificidade de cada um.

Nos Estágios Supervisionados, especialmente quando orientado por concepções críticas como a Pedagogia Histórico-Crítica, a pesquisa é concebida como um processo ativo, investigativo e reflexivo da prática escolar, fundamentado em bases teóricas sólidas (CARVALHO, 2013). Essa pesquisa tem como objetivo compreender as contradições do espaço educativo e transformá-las a partir de uma práxis crítica e fundamentada. Para Pimenta (2019), idealmente, os estágios representam o momento privilegiado da síntese entre teoria e prática, sendo uma pesquisa que parte da realidade escolar para produzir conhecimento e intervir de forma qualificada.

Considerada como caminho metodológico de desenvolvimento do estágio, a pesquisa se coloca, pois, como método de formação dos futuros professores e se traduz, de um lado, pela mobilização de pesquisas que permitam a ampliação e a análise dos contextos onde os estágios se realizam, e, de outro, como possibilidade de os estagiários desenvolverem posturas e habilidades de pesquisadores a partir das situações de estágio, elaborando projetos que lhes permitam ao mesmo tempo a compreensão e a problematização das situações observadas. Favorece ainda ao estagiário compreender a importância de se transpor as compreensões estancadas nos limites das várias disciplinas, articulando-as às necessidades e interesses dos alunos, o que é essencial para a constituição de práticas pedagógicas realmente formadoras (PIMENTA, 2019, p. 31)

Carvalho (2013) complementa ao afirmar que essa prática investigativa nos estágios exige rigor metodológico e análise crítica, superando abordagens meramente empíricas ou descritivas.

Já no âmbito do PIBID, a pesquisa também está presente e é sistematizada. Os participantes do Programa elaboram relatórios, desenvolvem projetos interdisciplinares, constroem produtos pedagógicos e frequentemente apresentam seus trabalhos em eventos acadêmico-científicos — o que atesta seu caráter de iniciação à pesquisa (DOMINSCHEK; ALVES, 2017; BISCARO, 2023).

No entanto, a pesquisa no PIBID está geralmente voltada para a prática pedagógica em sala de aula, com foco na elaboração e avaliação de intervenções didáticas. Como destacam

O Programa é de suma importância na formação docente, pois **desperta o interesse e o comprometimento do licenciado diante de sua formação**, valoriza e fortalece a formação docente, traz melhoria em relação à qualidade nas escolas de rede pública, integrando as universidades e escolas, propicia a formação continuada dos professores da IES e Supervisores da escola. Além disso, **o PIBID possibilita o avanço da pesquisa voltada para a educação**, há melhoria na qualidade dos cursos, devido ao fato de existir uma reflexão em torno do currículo dos cursos de licenciatura, partindo de um pressuposto de articular saberes da ciência e da educação, trazendo melhorias na qualidade do ensino, **estimulando e incentivando a criatividade dos bolsistas dentro do espaço escolar** (DOMINSCHEK; ALVES, 2017, p. 640, grifo nosso)

Portanto, embora ambos os componentes envolvam pesquisa, os Estágios Supervisionados a orientam como análise da prática escolar, enquanto o PIBID a direciona à prática docente colaborativa e ao desenvolvimento pedagógico aplicado, com mediações, reflexões e amparos críticos diferenciados. Essa assimetria não implica hierarquia, mas reforça a complementaridade entre ambos os percursos formativos, o que justifica sua coexistência, sem que um substitua o outro.

AS CONTRIBUIÇÕES FORMATIVAS DO PIBID E DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS: COMPLEMENTARIDADE E ESPECIFICIDADES

Tanto o PIBID quanto os Estágios Supervisionados oferecem contribuições valiosas e distintas à formação docente. O PIBID, enquanto política de iniciação à docência, aproxima o licenciando da realidade escolar por meio de atividades colaborativas, planejamentos pedagógicos, vivência de sala de aula e participação em projetos de ensino. Sua estrutura coletiva, orientada por professores da escola e da universidade, proporciona um ambiente fértil para o desenvolvimento de competências didáticas e para o fortalecimento do vínculo com a educação básica (DOMINSCHEK; ALVES, 2017). Além disso, o Programa exige a elaboração de planos, relatórios e participação em eventos, incentivando o exercício da pesquisa, ainda que voltada à prática pedagógica (GATTI *et al.*, 2014).

Conforme indicam Dominschek e Pereira (2023), pode-se dizer que o PIBID está estruturado em 3 eixos principais que norteiam seu desenvolvimento coletivo, crítico e qualitativo: os encontros formativos, as visitas nas escolas e a participação em eventos



Assim, os **encontros formativos** ocorrem entre os professores orientadores, professores das escolas participantes e licenciandos, envolvendo momentos de apropriação teórica (leituras dirigidas de textos, artigos, livros), com debates, socializações coletivas e apresentações, que desenvolvem a criatividade, a consciência crítica e a comunicação dos integrantes. As **visitas semanais na escola**, com as devidas orientações, oportunizam uma maior experiência com o ambiente educativo, o contato direto com os discentes e suas relações socioemocionais, uma maior prática didático-metodológica, tendo envolvimento com o corpo docente, o setor pedagógico, os agentes escolares, a aproximação com a comunidade, além da elaboração e a realização de projetos junto às turmas. As pesquisas e **participação em eventos** promovem a integração científico-acadêmica; os resultados das investigações propostas no âmbito educativo dialogam com a própria sociedade, articulando a tríade Ensino, Pesquisa e Extensão (SEVERINO, 2016b) (DOMINSCHEK; PEREIRA, 2023, p. 102)

Os Estágios Supervisionados, por sua vez, são um componente curricular obrigatório, com função estruturante e síntese da formação inicial. Ao longo de seus três núcleos — ensino, gestão e diferentes contextos educacionais — os estágios permitem ao licenciando experienciar a complexidade do trabalho educativo em sua totalidade. Trata-se de um momento que exige protagonismo investigativo, elaboração de diagnósticos, planos de ação e intervenções, sendo compreendido, em abordagens críticas como a Pedagogia Histórico-Crítica, como práxis formativa (PIMENTA, 2019; CARVALHO, 2013).

Assim, tanto o PIBID quanto os estágios impulsionam a aproximação inicial com a docência, consolidam a autonomia e identidade profissional, a reflexão crítica e a capacidade de intervenção, no entanto em níveis, momentos e focos diferentes

PROPOSTAS DE CONCILIAÇÃO ENTRE OS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS E O PIBID OBRIGATÓRIO

Considerando a hipótese de que o PIBID se torne um componente obrigatório para a formação docente, torna-se indispensável discutir formas práticas e viáveis de conciliação com os estágios supervisionados, sem que um substitua o outro. Ambos possuem objetivos distintos e contribuições complementares para a constituição da identidade docente. Qualquer proposta de integração, portanto, exigirá planejamento institucional, diálogo intersetorial e responsabilidade formativa.

Duas alternativas principais podem ser pensadas:

a) O PIBID no contraturno



Essa proposta consiste em organizar a realização do PIBID em contraturno, tendo por referência a oferta dos Estágios X Supervisão e Orientação dos Estágios
IX Seminário Nacional do PIBID dentro da carga horária do curso, uma vez que o turno comum refere-se ao horário matriculado pelo estudante. A vantagem é a preservação das cargas horárias e estruturas já existentes. No entanto, essa configuração impõe uma sobrecarga significativa ao estudante, sobretudo considerando que o PIBID deixaria de ser optativo e passaria a ser obrigatório. É fundamental destacar que essa jornada já é vivida por muitos estudantes que optam por participar do PIBID atualmente, conciliando-o com os estágios e estudos extracurriculares. Mas, ao tornar-se componente compulsório, a sobrecarga também se torna compulsória — gerando impactos negativos à saúde mental, à qualidade do desempenho acadêmico e à permanência estudantil, especialmente nos cursos mais vulneráveis.

b) O PIBID dentro do turno de matrícula

A alternativa consiste em alocar o PIBID e os estágios dentro da grade horária ofertada pela Instituição de Ensino Superior (IES), destinando alguns dias ao primeiro e outros ao segundo. Essa organização permite respeitar os tempos formativos de cada componente, reduzindo a sobrecarga e mantendo a qualidade da formação. Exige, no entanto, um esforço de articulação entre as instituições formadoras e as escolas-campo, com apoio de órgãos reguladores e flexibilização institucional, principalmente em razão da reorganização da carga horária dos cursos de licenciatura, que já são extensas por si só (GATTI, 2010).

Ambas as propostas não são isentas de desafios, mas apontam para a possibilidade concreta de coexistência entre os dois componentes, sem que um seja reduzido ao outro. A efetiva formação docente depende dessa articulação cuidadosa, garantindo o respeito às suas finalidades específicas e evitando retrocessos na política de formação de professores no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho partiu da hipótese de que o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) pudesse se tornar um componente obrigatório nos cursos de licenciatura. Embora esse cenário ainda seja hipotético, defendemos que sua efetivação representa uma possibilidade promissora para o fortalecimento da formação docente no Brasil. Acreditamos



que a obrigatoriedade do PIBID, quando bem estruturada, pode contribuir para uma vivência mais ampla e qualificada da docência, garantindo a todos os licenciandos o direito a uma formação ancorada nas realidades escolares.

Contudo, essa hipótese exige atenção. Se, por um lado, o PIBID obrigatório pode democratizar o acesso a práticas significativas de iniciação à docência, por outro, não pode substituir ou esvaziar os Estágios Supervisionados, componente também fundamental e com funções distintas no percurso formativo. Nesse ponto, lançamos um alerta crítico: *o risco de sobreposição entre as funções dos dois componentes pode provocar uma leitura reducionista da docência, centrada exclusivamente na atuação em sala de aula, em detrimento de outras dimensões igualmente importantes, como a gestão escolar, os diferentes contextos educativos e a compreensão da escola como totalidade social.*

Esse risco se torna ainda mais grave diante de propostas que buscam reduzir ou eliminar os núcleos dos estágios que não envolvem diretamente o ensino, ou mesmo extinguir a dupla diplomação em cursos que preveem bacharelado e licenciatura. Conforme demonstra os estudos de Santos e Diniz-Pereira (2016), tais movimentos desconsideram a complexidade da formação docente e esvaziam sua função crítica, investigativa e transformadora.

Dessa forma, reafirmamos: PIBID e Estágio Supervisionado devem coexistir como componentes articulados, mas não substitutivos. A ampliação do PIBID, mesmo como política obrigatória, deve vir acompanhada de planejamento institucional, diálogo entre universidade e escola, e compromisso com uma formação docente ampla, crítica e comprometida com a transformação da realidade educacional brasileira.

REFERÊNCIAS

BISCARO, Adriana De Fátima Vilela. **Contribuições do PIBID aos Licenciados Egressos: desafios para a política e para a gestão educacional.** 2023. 300 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/5351/1/AdrianadeFatimaVilelaBiscaro.pdf>. Acesso em: 28 de julho de 2025.

CARVALHO, Saulo Rodrigues de. O estágio supervisionado da teoria à prática: reflexões a respeito da epistemologia da prática e estágio com pesquisa, a luz da Pedagogia Histórico-Crítica. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 13, n. 52, p. 321-339, set., 2013. ISSN: 1676-2584. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640245>. Acesso em: 28 de julho de 2025.

DOMINSCHEK, Desiré Luciane; ALVES, Tabatha Castro. O PIBID como estratégia pedagógica na formação inicial docente. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 3, n. 3, p. 624-644, dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650626/16839>. Acesso em: 28 de julho de 2025.

DOMINSCHEK, Desiré Luciane; PEREIRA, André Henrique Boazejewski. O PIBID à luz da Pedagogia Histórico-Crítica: uma contribuição metodológica e pedagógica. **Caderno Humanidades em Perspectivas**, Curitiba, v. 7, n. 16, p. 95-108, junho, 2023. Disponível em: <https://www.cadernosuninter.com/index.php/humanidades/article/view/2617>. Acesso em: 28 de julho de 2025.

GATTI, Bernadete A. *et al.* **Um Estudo Avaliativo do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID)**, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, v. 41: 2014. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/textosfcc/issue/view/298/6>. Acesso em: 28 de julho de 2025.

GATTI, Bernadete A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out./dez., 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/16.pdf>. Acesso em: 28 de julho de 2025.

PIMENTA, Selma Garrido. Estágios Supervisionados: unidade teoria e prática em cursos de licenciatura. In: CUNHA, Célio da; FRANÇA, Carla Cristie de (Orgs.). **Formação Docente**: fundamentos e práticas do estágio supervisionado. Brasília: Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade; Universidade Católica de Brasília, 2019. p. 19-50. Disponível em: https://socialeducation.files.wordpress.com/2019/04/formac387c383o-docente-fundamentos-e-prc381ticas-do-estc381gio-supervisionado_web.pdf. Acesso em: 28 de julho de 2025.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágios supervisionados e o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência: duas faces da mesma moeda?. **Revista Brasileira de Educação**, [s.l.], v. 24, e240001, 2019. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782019240001>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/kZwPLnkwb7yJS9hJwdFfLDf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 de julho de 2025.

RODRIGUES, Márcio Urel; SILVA, Luciano Duarte da; MISKULIN, Rosana Giaretta Sguerra. O processo de constituição do PIBID como política pública educacional no Brasil: um panorama da legislação e dos editais. In: II Congresso Nacional de Formação de Professores / XII Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores. 2014. **Anais Eletrônicos**, São Paulo: UNESP; PROGRAD, p. 7984-7996. 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/6338775a-b761-40a8-93e3-0f8165c5375f>. Acesso em: 28 de julho de 2025.

SANTOS, Lucíola Licínio de Castro Paixão; DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. Tentativas de Padronização do Currículo e da Formação de Professores no Brasil. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 36, n. 100, p. 281-300, set.-dez., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cedes/a/SqHHMdWVCV9Fwpgq4GRnb7B/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 de julho de 2025.



SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

